

Diagnóstico Social do Concelho de Matosinhos 2020

NOVEMBRO | 2020



Rede Social
Matosinhos

RIV - Rede de Intervenção na Violência Doméstica
e Contexto Familiar de Matosinhos



Introdução

Este é o diagnóstico que fundamenta o Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2021-2024 (PDSM 2021-2024) e que tem como base um trabalho de reflexão realizado no contexto da Rede Social de Matosinhos e, muito em particular, no âmbito das Comissões Sociais de Freguesia.

Para o presente diagnóstico partiu-se da recolha e análise de informação estatística disponível em fontes de natureza vária. Tanto quanto possível a informação foi recolhida para vários anos, permitindo compreender a evolução de elementos de caracterização do concelho e dos problemas identificados. A informação estatística recolhida, e analisada, deu origem à publicação de uma infografia e à compilação de um documento de *power point* complementar ao presente texto onde podem ser encontrados dados mais detalhados para eventuais aprofundamentos dos problemas identificados no diagnóstico.

Alguns da informação recolhida foi devolvida aos parceiros da Rede Social possibilitando uma participação mais alargada das entidades parceiras e uma reflexão coletiva que permite generalizar o conhecimento produzido.

A realização de grupos de discussão foi feita em “dois tempos” i) Antes da pandemia, criando-se oportunidade para que as próprias Comissões Sociais de Freguesia, e respetivas entidades parceiras, dinamizassem grupos de discussão sobre temas do seu interesse. Essas discussões foram orientadas por questões coletivamente identificadas ii) Depois da pandemia com a realização de 2 sessões presenciais e 3 realizadas *online*. Estes grupos de discussão abordaram temas como: envelhecimento; deficiência; emprego/desemprego; igualdade entre mulheres e homens. Foram envolvidas nesta dinâmica cerca de 70 pessoas.

Este documento sintetiza a informação recolhida e organiza-a em torno do que serão os eixos do Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2021-2024:

- Desafios demográficos
 - Qualificação de pessoas e organizações
 - Coesão social e cidadania
-

1. Desafios demográficos

Até à primeira década do século XXI o concelho de Matosinhos apresentou um crescimento populacional que foi particularmente acentuado entre 2010 e 2011. A partir daí verifica-se um desaceleramento do seu crescimento da população residente e, entre 2012 e 2018, regista-se mesmo uma perda de população que se recupera em 2019. Neste último ano de **2019, as estimativas apontam para 175 357 pessoas residentes no concelho, das quais 53,2% são do sexo feminino.**

É a União de Freguesias de S. Mamede e Senhora da Hora, seguida de Matosinhos e Leça da Palmeira, as que concentram um maior número de residentes no concelho. Estas duas uniões representam, respetivamente, 30% e 27,4% da população residente.¹

Em 2019, a população residente em Matosinhos representa 10% da população da Área Metropolitana do Porto (AMP) e coloca Matosinhos como o segundo concelho mais densamente povoado da AMP, a seguir ao Porto (2.801,50 habitantes por m²).

Matosinhos não se tem destacado particularmente como um concelho de atração de imigrantes. Ao longo da última década, as pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência têm representado cerca de 4% da população residente no Continente; em Matosinhos essa percentagem não tem chegado aos 2%. Entre 2017 e 2019, tanto no país, como no concelho, verifica-se um aumento do número de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência e do seu peso relativo. Assim, **em 2019, em Matosinhos regista-se a presença de 5 022 pessoas estrangeiras, o que representa um pouco menos de 3% da população residente.** São as pessoas de origem brasileira as que representam uma maior percentagem – (2.531 pessoas, o que significa 50,3% do total de estrangeiros/as).

De ressaltar que, entre 2017 e 2019, são os movimentos migratórios que contribuem para a inversão da tendência anterior de perda de população. Ou seja, **o saldo migratório é positivo, nestes anos, e compensa um saldo natural negativo que se agravou.**

Mas **o maior desafio demográfico situa-se, certamente, no envelhecimento da população na base e no topo da pirâmide etária.**

O envelhecimento da população é um indicador de desenvolvimento das nossas sociedades pois está muito associado à melhoria das condições de vida e de saúde implicando o **aumento da esperança de vida. Na Região Norte, em 2018, a esperança de vida aos 65 anos é de 19,8 anos** (em 2001 era de 17,3 anos), o que significa que, em média, aos 65 anos uma pessoa pode esperar viver mais 19,8 anos, **aumentando para 21,1 anos, no caso das mulheres.**

Este envelhecimento populacional revela-se no aumento crescente da população com 65 e mais anos. Em 2019 são **37.758 as pessoas com 65 e anos, o que corresponde a 21,5% das pessoas residentes no concelho;** em 2011 a percentagem era de 16,7%. Por outro lado, há que considerar o **aumento do número de pessoas “muito idosas”** – em 2019, são 3.884 as pessoas com 85 e mais anos, o que corresponde a 2,2% da população total. Em 2001 aquela percentagem era de apenas 1%.

¹ Informação referente a 2011, com base no Recenseamento Geral da População. Não há informação mais atualizada.

O aumento do número de pessoas mais velhas conjugado com a compressão dos grupos etários mais novos conduz a um aumento dos índices de envelhecimento (159,6 em 2019; 76,4 em 2001) e de dependência de idosos (32,9 em 2019; 17,3 em 2001), o que faz do **concelho de Matosinhos um dos mais envelhecidos da AMP**.

De notar que é a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira a que apresenta uma maior percentagem de população com idades iguais ou superiores a 65 anos (16,8%, face aos 15% do concelho). Nesta união de freguesias, é ainda maior o peso da população feminina com mais de 64 anos (18,6%), sendo também ligeiramente mais elevada a percentagem de pessoas com mais de 74 anos, entre a população idosa (45%, face aos 44% para o concelho).

Associado ao envelhecimento está um processo de feminização da população que se vai tornando mais visível à medida que a idade avança – as mulheres representam 57,1% das pessoas com 65 e mais anos e 67,3% das que têm 85 e mais.

Para além do impacto na estrutura da população residente, o atual processo do envelhecimento contempla outras dimensões:

- » **O aumento de pessoas idosas que vivem sós** (3.350 em 2001; 5.157 em 2011)², com frequência sem retaguarda familiar. Este facto associado a maiores dificuldades de mobilidade e à existência de barreiras nas acessibilidades acentua o isolamento e o sentimento de solidão.
- » **O processo de envelhecimento da população não é alheio a um aumento das situações demenciais e de dependência** exigindo competências específicas por parte das pessoas cuidadoras (formais e informais) que carecem de constante atualização. No concelho existe um Centro de Dia para pessoas com Alzheimer que abrange 15 pessoas mas, de acordo com algumas das participantes nos debates com vista à realização do diagnóstico, em geral, as respostas sociais existentes não estão adaptadas para prestar cuidados a pessoas com problemas demenciais: “quem envelhece com saúde ou com alguma saúde não é mau para envelhecer, quem envelhece sem saúde, não é nada bom, não é nada bom, a nossa realidade é muito má, muito má.”³ Adianta-se que “Os idosos com demência são quase interdadas, pela ausência de recursos humanos e materiais com capacidade e *know how* para os receberem”.⁴
- » **O aumento dos níveis de escolaridade da população que terá necessariamente repercussões ao nível das exigências de qualidade e diversidade dos serviços prestados pelas organizações de apoio a pessoas idosas.** Por outro lado, situações como as de saúde pública que atualmente se vive reforçam a importância de respostas de pequena dimensão e da prestação de serviços no domicílio. Note-se que **a taxa de cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário no concelho é de apenas 1,6%** não havendo serviços prestados ao fim de semana e para além das 17 horas.
- » **O envelhecimento da população coloca também desafios ao modo como as cidades são planeadas, incluindo a sua rede de mobilidade.** “As pessoas mais velhas, em especial, têm necessidade de viver em meios envolventes que lhes proporcionem apoio e capacitação, para compensar as mudanças físicas e sociais associadas ao envelhecimento.”⁵ Nos *workshops* que foram

2 Considerando o grupo etário das pessoas com 65 e mais anos.

3 Pessoa idosa participante num *workshop*.

4 Profissional participante num dos *workshops*.

5 OMS, 2007, Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43755/9789899556867_por.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

realizados com pessoas idosas, no âmbito da Rede Social de Matosinhos, estas expressaram a sua opinião sobre a falta de bancos para descanso, a falta de proteção às condições climatéricas em espaços verdes e paragens de transportes públicos; passeios em más condições e a existência de barreiras físicas em alguns edifícios públicos.

» **O envelhecimento populacional tem consequências no domínio da saúde** fazendo sentir a necessidade de novas respostas de saúde mental; reforço da prestação de cuidados continuados; necessidade de forte articulação entre serviços de modo a que sejam solucionadas as situações em que, após período de hospitalização, há alta médica mas não é possível a chamada “alta social”, pois ou não existe rede familiar ou social de apoio ou não existem, no meio social em que a pessoa se insere, recursos para a continuidade de alguns cuidados. Note-se que:

o em 2019, foi feita pela Unidade Local de Saúde de Matosinhos a referenciação para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de 119 casos para Unidade de Convalescença; 107 situações para Unidade de Média Duração e Reabilitação; 28 casos para Unidade de Longa Duração e Manutenção;

o em março de 2020 o Hospital Pedro Hispano identifica 26 “casos sociais” (7 homens e 19 mulheres), 22 dos quais com idades superiores a 70 anos.

» **O envelhecimento da população requer** ainda, por parte da sociedade em geral (onde incluem instituições e indivíduos), **uma maior prevenção e um maior investimento na promoção de hábitos de vida saudável.**

» **Com o envelhecimento surgem novas necessidades do ponto de vista da habitação.** Uma habitação adequada, com boas acessibilidades e possibilidades de acesso aos serviços comunitários e sociais é fator de independência e qualidade de vida para as pessoas idosas. A necessidade de manutenção das casas; a existência de barreiras físicas no exterior ou dentro das próprias habitações que dificultem a mobilidade; o valor dos arrendamentos, são algumas das questões que influenciam a qualidade de vida das pessoas idosas em termos habitacionais. Até setembro de 2020 a MatosinhosHabit apoiou, no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, 112 pessoas com 65 e mais anos (94 mulheres e 18 homens); recebeu 120 pedidos para habitação por parte de pessoas idosas (87 mulheres e 33 homens). As razões subjacentes aos pedidos de apoio são: a existência de escadas e de outras condições físicas enquanto barreiras à mobilidade; as dificuldades em pagar os arrendamentos devido, nomeadamente, ao aumento de despesas com medicamentos; a existência de situações despejos sendo que em alguns casos não havia contrato de arrendamento.

Importa não ignorar que o **envelhecimento** não é apenas o atingir de uma determinada idade pois “chegar a uma certa idade” **significa também entrar uma fase da vida em que aumentam as probabilidades para que algumas mudanças aconteçam:** passagem da vida ativa para a reforma; quebra de rendimentos associada à mudança de situação; viuvez; redução das redes de sociabilidade e de apoio; aumento de um sentimento de desvalorização social.

Numa sociedade cujo imaginário popular glorifica a juventude surgem **imagens negativas associadas às pessoas mais velhas.** Num estudo de Sibila Marques escreve-se que o **idadismo** é um problema grave na sociedade portuguesa. Tomando como base o European Social Survey de 2009 os resultados revelam que a “discriminação em relação à idade é a principal forma de discriminação sentida pelos portugueses (17%) atingindo valores superiores à discriminação em relação aos sexo (13%) ou à etnia

(11%). Para mais, em Portugal esta forma de discriminação parece atingir sobretudo as pessoas mais velhas: 20,8% dos indivíduos entre os 65.79 anos e 31,6% dos indivíduos com mais de 80 anos já se sentiram discriminados por causa da idade.⁶ As formas de discriminação podem ir desde o insulto, à negação de resposta por parte de um serviço até às formas mais subtis de tratamentos paternalistas ou de sobre proteção. Refere-se ainda no estudo a tendência para se perceber as pessoas de uma determinada idade como um todo homogéneo caracterizado, sobretudo, pelos traços negativos da doença e incapacidade.

Em paralelo com o envelhecimento da população tem estado uma diminuição **estrutural da natalidade** com quebra do índice de fecundidade, das taxas de natalidade e consequente diminuição do número de nascimento – **em 2018 nasceram 1 461 crianças (nados-vivos) de mães residentes em Matosinhos, ou seja, menos 228 crianças do que em 2009.**

Olhando para os números da população residente **em 2019 residem no concelho de Matosinhos 23.261 crianças com menos de 15 anos e 31 836 crianças e jovens com menos de 20 anos.** Em 2001, o primeiro grupo (menos de 15 anos) representava 16,2% da população residente; em 2011 essa percentagem desce para 13,3%, o que significa que as crianças se vão tornando “um bem escasso”.

A diminuição do número de crianças na sociedade e nas famílias fica a dever-se a vários fatores, nomeadamente:

- Aos **custos financeiros associados à maternidade e paternidade.**⁷ É de recordar que “ presença das crianças num agregado familiar continua a estar associada a um risco acrescido de pobreza. De acordo com os dados do Inquérito ao Rendimento e Condições de Vida são os agregados monoparentais com uma criança dependente quem apresenta, em 2018, uma taxa de risco de pobreza mais elevado (33,9% face a uma taxa de 17,2% para a população total); entre as famílias compostas por duas pessoas adultas e três ou mais crianças dependentes surge a segunda taxa mais elevada - 30,2%.⁸
- À tendência para ter filhos em idades mais avançadas devido a percursos escolares mais prolongados e a carreiras profissionais, o que faz surgir outros fatores, como os de natureza física, que colocam dificuldades acrescidas à gravidez.
- Ao papel primordial que ainda é atribuído às mulheres no cuidado das crianças e das tarefas domésticas o que, num contexto de grande participação das mulheres no mercado de trabalho, acrescenta responsabilidades e, sobretudo, tempo de trabalho para os elementos do sexo feminino de um casal.

6 Marques, sd, Discriminação da 3ª Idade, Lisboa, FFMS :19.

7 Fundação Francisco Manuel dos Santos e INE, Inquérito à Fecundidade 2013, disponível em: <https://www.ffms.pt/FileDownload/8b8b5c72-2e38-416c-966f-f713d41c66c2/inquerito-a-fecundidade-2013>.

8 INE, Destaque - Rendimento e Condições de Vida, 2019, 26 de novembro de 2019, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2. Esta informação refere-se ao país não havendo dados disponíveis para o concelho.

Num estudo realizado, em 2015, sobre os usos do tempo de homens e de mulheres, na AMP o tempo médio de trabalho pago era, para as mulheres 8h:38m e, para os homens 9h:00m mas as diferenças acentuam-se quando se toma como referência o último dia útil da semana e o tempo médio de trabalho não pago, isto é o trabalho realizado na esfera doméstica como o tratar da casa, cuidar das crianças e de outras pessoas dependentes). Assim, o tempo investido em trabalho não pago é, para as mulheres, em média, de 3h:49m e de 2h:00m para os homens. **Tal significa que as mulheres trabalham, em média, em cada dia útil da semana mais 1h:20m do que os seus companheiros.**⁹

A descida da natalidade está, pois, longe de ser consequência única e exclusivamente de opções individuais. Aliás, o Inquérito à Fecundidade revela que "tanto os homens como as mulheres desejam mais filhos que aqueles que esperam vir a ter e esperam ter mais filhos que aqueles que na realidade têm."¹⁰

⁹ Perista, et al, 2016, Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal, CESIS/CIT, disponível em: https://www.cesis.org/admin/modulo_projects/upload/files/inut_livro.pdf.

¹⁰ Fundação Francisco Manuel dos Santos e INE, Inquérito à Fecundidade 2013: 99.

2. Qualificação de pessoas e organizações

O emprego em Matosinhos tem sofrido um **processo continuado de terciarização**, à semelhança do que tem acontecido na Área Metropolitana do Porto e no país, em geral. Em 2017 o peso do emprego por conta de outrem no setor terciário representava 79,3% (em 2015 78,6%).

O **“Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”** é, de longe, a atividade que ocupa o maior número de pessoas - **44,9% do total de pessoas ao serviço em Matosinhos, em 2018**. Seguem-se **indústria transformadora (9,3%)**; as **“Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (8,9%)** as **“Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (6,7%)** e o **“Alojamento, restauração e similares” (6,4%)**¹¹.

Nos últimos dez anos, a atividade económica em Matosinhos sofreu algumas transformações que vão para além de um processo de terciarização continuado expresso na diminuição da importância da indústria transformadora e da construção civil que, entre 2009 e 2018 perdem, respetivamente, 13,9% e 43,7% do pessoal ao serviço. Com efeito, e tomando o mesmo período, as **atividades que apresentam um maior crescimento do ponto de vista do número de pessoas ao serviço são**: as **“Atividades de Informação e comunicação” (+70%)**, o **“Alojamento e restauração” (+32,3%)**, as **“Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (+30,9%)** e as **“Atividades imobiliárias” (+29,2%)**.¹²

Por outro lado, verifica-se o **aumento do nível de instrução dos atores económicos e os níveis médios de remuneração apresentam-se mais elevados** do que os da Área Metropolitana do Porto e do Continente. Assim, em 2018:

- 35,8% as pessoas empregadoras têm nível de instrução superior; essa percentagem era de 28,3% em 2010.
- 25,5% dos/as trabalhadores/as por conta de outrem possuem o ensino universitário (em 2010 a percentagem era de 15,7%).
- O ganho médio mensal de trabalhadores/as é de 1.284,60€ em Matosinhos; 1.170,36€ no Continente e 1.164,60€ na AMP.

¹¹ Dados para 2018 disponíveis em: Pordata:
<https://www.pordata.pt/Municipios/Empresas+n%3a3o+financeiras+total+e+por+sector+de+atividade+econ%3b3mica-346>.
Dados atualizados na fonte em: 2020-02-27.

¹² Dados disponíveis em: Pordata:
<https://www.pordata.pt/Municipios/Empresas+n%3a3o+financeiras+total+e+por+sector+de+atividade+econ%3b3mica-346>.
Dados atualizados na fonte em: 2020-02-27.

Apesar dos aspetos mencionados, permanecem alguns traços que dão conta de uma economia polarizada pois, paralelamente, é uma **economia ainda muito baseada em micro e pequenas empresas e com fragilidades*** do ponto de vista da sua sustentabilidade. Em 2018:

- o 95,9% das empresas têm menos de 10 pessoas ao serviço (95,5% na AMP);¹³
- o A média de pessoal ao serviço é de 4,8 (3,4 na AMP);¹⁴
- o A taxa de mortalidade das empresas é de 12,4% (11,8% na AMP).¹⁵

Por outro lado, dados sobre o emprego existente constituem-se como **indicadores de precariedade**:

- » Em Matosinhos, em 2018, **13,7% das pessoas trabalhadoras por conta de outrem têm trabalho a tempo parcial** - essa percentagem é de 8% na AMP. **Esta é uma situação particularmente grave entre os/as trabalhadores/as jovens e mulheres.** Com efeito, entre quem tem menos de 25 anos a percentagem de trabalho a tempo parcial é de 23,1% para os homens e de 41,8% para as mulheres.
- » Em Matosinhos, em 2018, **32,8% das pessoas trabalhadoras por conta de outrem têm contrato de trabalho a termo/ a prazo** - essa percentagem é de 30,2% na AMP. Uma vez mais são as pessoas mais jovens as mais afetadas por esta instabilidade: entre os/as trabalhadores com menos de 25 anos são 71,7 os homens e 74,8% as mulheres que têm contratos de trabalho não permanentes.

De notar que estes indicadores de precariedade estão presentes tanto nos setores mais tradicionais como o comércio e a restauração e alojamento, como nas empresas com mão-de-obra altamente especializada.

Nos grupos de discussão dinamizados com vista a realização do Diagnóstico Social de Matosinhos, a opinião de profissionais da Rede Social é que a crise económica surgida como consequência da pandemia irá agudizar a precarização do trabalho.

Uma das consequências já mais visíveis da pandemia é o aumento do desemprego registado.

Em janeiro de 2020 estavam inscritas no Centro de Emprego 6.457 pessoas; em julho eram 8 151 pessoas; em setembro 7.855 pessoas.

Com este aumento, o **desemprego registado torna-se mais qualificado** - a percentagem de pessoas com nível de instrução superior é mais elevada do que em anos anteriores: 17,1% face a 15,4% em 2018 e 14,6% em 2014, nomeadamente. Este é uma dinâmica que se faz sentir mais em Matosinhos do que na AMP no seu conjunto.

¹³ Pordata, disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Empresas+n%C3%A3o+financeiras+com+menos+de+10+pessoas+ao+servi%C3%A7o+em+percentagem+do+total+de+empresas+n%C3%A3o+financeiras-919>.

¹⁴ Pordata, disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/N.%c2%ba+m%C3%A9dio+de+pessoas+ao+servi%C3%A7o+nas+empresas+n%C3%A3o+financeiras+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica-936>.

¹⁵ Pordata, disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+mortalidade+das+empresas+n%C3%A3o+financeiras+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica-907>.

O desemprego torna-se, ainda, mais feminizado. Em julho de 2020, 54% das pessoas desempregadas registadas no Centro de Emprego são do sexo feminino. Este foi, no entanto, um mês de alguma recuperação do setor da restauração e hotelaria que tradicionalmente em Matosinhos ocupa mais homens do que mulheres. Já em setembro a percentagem de mulheres inscritas baixou para 52,8% na sequência do reforço das equipas de higienização das IPSS e da criação de alguns postos de trabalho na indústria têxtil para o fabrico de máscaras de proteção.

Neste contexto de nova compressão de emprego há **grupos que se destacam pelas dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho** que sempre tiveram e que agora se agravarão. Entre esses grupos destacam-se: **as pessoas com baixos níveis de escolaridade** – de notar que o 12º ano de escolaridade é o patamar a partir do qual já se tornam possíveis algumas saídas profissionais; as **mulheres** pois “há uma certa cultura organizacional que não prefere as mulheres pela questão da maternidade.”¹⁶

Apesar de se terem registado evoluções positivas nos últimos cinco anos, **Matosinhos no ano letivo de 2018/2019 continua a apresentar taxas de retenção e abandono mais elevadas no 2º e 3º ciclo do Ensino Básico, e nos diferentes cursos do Ensino Secundário, do que as registadas na AMP:**

- o 2º ciclo do Ensino Básico – 3,4% (AMP 2,7%)
- o 3º ciclo do Ensino Básico – 5,8% (AMP 5,2%)
- o Cursos científico-humanísticos, tecnológicos e profissionais do Ensino Secundário – 12,5% (AMP 10,9%)
- o Cursos gerais/científico-humanísticos – 14,2% (AMP 12,3)
- o Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais – 9,6% (AMP 8,5%)

O acesso ao sucesso educativo parece ser mais fácil para as raparigas do que para os rapazes já que são elas que apresentam as taxas de retenção e abandono mais baixas, sobretudo no 2º e 3º ciclo do Ensino Básico. Em 2018 / 2019 as diferenças são mais esbatidas, sobretudo no Ensino Secundário.

De notar que a atual crise de saúde pública pode ter agravado o acesso ao sucesso educativo, em geral, já que as exigências que se colocam às famílias (no período de confinamento e nos momentos de isolamento) no que diz respeito ao acompanhamento escolar das crianças e à disponibilidade dos meios que permitem o acesso às redes sociais / plataformas educativas, pode aumentar os níveis de insucesso escolar em crianças de famílias com maiores vulnerabilidades económicas e sociais. Testemunhos recolhidos durante o processo de consulta para a realização do diagnóstico dão ainda conta de um aumento do absentismo escolar por parte de crianças ciganas devido aos receios de contágio.

Ainda no contexto da educação ressalte-se, por um lado, o **número residual de alunos/as em Cursos Tecnológicos (CET)** (41 no ano letivo 2017/2018; 16 no ano seguinte) e, por outro, o facto de os **cursos profissionais existentes**, e que em 2018 abrangeram 1.648 jovens, **não responderem às necessidades da economia na sua procura de profissionais qualificados** em áreas como: canalização, eletricidade, soldadura, carpintaria, por exemplo.

¹⁶ Participante num dos workshop.

O último recenseamento da população residente dá conta de um aumento do nível de instrução da população residente em Matosinhos: em 2001 apenas 9% da população tinha concluído o ensino universitário; em 2011 essa percentagem atinge os 18%. No entanto, **subsiste uma percentagem importante de pessoas com baixos níveis de instrução**. Tome-se o grupo de pessoas que, em 2011, tinham idades entre os 20 e os 44 anos e note-se que 36% tinha alcançado, no máximo, o 3º ciclo do Ensino Básico.

O aumento da qualificação da população adulta é algo que, na última década, sofreu alterações, quer do ponto de vista da prioridade política que lhe foi atribuída, quer ao nível do desenho das medidas que a podem concretizar tal prioridade.

Em Matosinhos o número de pessoas a frequentar cursos de educação formação para adultos (EFA) sofreu um decréscimo acentuado entre 2010/2011 e 2012/2013. A partir daí, regista-se tendência para um aumento, ainda que não constante. No ano letivo 2018/2019 frequentam cursos EFA 781 pessoas, valor bem mais baixo do que o verificado em 2009/2010 (1.258 alunos/as). A mesma quebra se regista na frequência de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). Com uma grande diminuição já em 2012/2013, o número de pessoas inscritas em processos de RVCC, em 2018/2019, é de 99 (em 2009/2010 tinha sido de 1.361). De notar que para pessoas adultas desempregadas os processos de requalificação, sobretudo através dos cursos EFA, nem sempre são vistos como uma alternativa, pois a ausência de bolsas, ou os baixos valores dos apoios dados, face aos encargos familiares impendem a participação no contexto formativo e fazem optar por uma reintegração ainda que precária e instável no mercado de trabalho. Acresce que, sobretudo entre as pessoas com níveis de instrução mais baixos, **não há a noção de que “estudar e apreender é ao longo da vida**. Esta é uma ideia de que as escolas deveriam trabalhar”.¹⁷

Em Matosinhos, a genericamente designada economia social tem algum peso na criação de emprego. Só as “atividades de saúde humana e apoio social” empregam, em 2018, cerca de 3.500 pessoas (3,6% do pessoal ao serviço) que maioritariamente são do sexo feminino. A Carta Social¹⁸ dá conta da existência de 157 respostas sociais onde estas pessoas trabalhadoras se podem enquadrar. Estas são respostas prestadas em parceria com o Estado, no âmbito da rede solidária (com acordo de cooperação) e da rede lucrativa (com licença de funcionamento) dirigindo-se a crianças, jovens, pessoas adultas em situação de carência e pessoas idosas, abrangendo cerca de 8.800 utentes. No sistema de informação da Câmara Municipal de Matosinhos (RUPI) as pessoas utentes das instituições da Rede Solidária estão contabilizadas em 6 186: 3.493 crianças; 2.222 pessoas idosas; 471 pessoas com deficiência; 40 pessoas adultas em situação de carência.

Estas **organizações da economia social** apresentam, contudo, algumas fragilidades salientadas nos *workshops* de discussão realizados no âmbito da Rede Social, tais como:

» **Sobrecarga das/os profissionais** agudizada em tempos de pandemia. Com o questionário, realizado pelo CESIS sobre o impacto da Covid-19 no concelho de Matosinhos,¹⁹ junto das instituições da Rede Social, 61,9% das pessoas respondentes afirmaram que o volume de trabalho aumentou; 74,7% revelam-se mais cansadas e 50,9% insatisfeitas com o equilíbrio entre a sua atividade profissional e a sua vida pessoal e familiar.

¹⁷ Participante num dos *workshops*.

¹⁸ Dados disponíveis em: http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_concelho&cod_distrito=13&cod_concelho=08&cod_freguesia=06&cod_area=06&cod_valencia=06&dcf=1308.

¹⁹ Respostas recolhidas de 27 de Outubro a 1 de Dezembro de 2020. Total de questionários válidos: 344.

- » **Ausência de clareza sobre a composição do corpo de pessoal, e respetivas competências técnicas**, que devem estar afetas a cada resposta.
- » **Falta de preparação de profissionais / ausência de formação contínua.** “Na maioria das vezes há formação inicial mas não há formação contínua. Por outro lado, a sobrecarga das/os profissionais nas instituições é frequentemente inibidora de aplicação na prática de conhecimentos adquiridos na formação.”²⁰
- » **A falta de preparação de profissionais manifesta-se em vários domínios.** Entre outros refira-se, nomeadamente:
 - o no saber lidar com população idosa com problemas demenciais;
 - o na promoção da autonomia de pessoas com deficiência (ou com incapacidades);
 - o na promoção da participação das pessoas utentes na vida das organizações, sejam elas crianças em acolhimento residencial, sejam pessoas idosas;
 - o no saber lidar com crianças com perturbações de comportamento;
 - o na promoção da igualdade de género e no combate às discriminações;
 - o na implementação de uma abordagem baseada na implementação dos Direitos Humanos
- » **Falta de capacidade das respostas existentes, em especial das que se dirigem a pessoas idosas, para corresponder às novas necessidades e perfis dos públicos-alvo:**
 - o “As respostas existentes apoiam-se em modelos antigamente definidos. Não houve uma adaptação à realidade atual, os conhecimentos, capacidades e interesses das pessoas idosas, a cultura, o nível de escolaridade tem vindo a evoluir, pretendendo-se respostas diversificadas e não estandardizadas. Os idosos procuram atividades que os enriqueçam e estimulem regularmente e essas respostas as instituições ainda não conseguem oferecer.”²¹
 - o “Atualmente são poucas as IPSSS, que apoiam os idosos no acompanhamento a consultas médicas, compra da medicação, visitas a familiares e compra semanal de mercearia, que os idosos consideram como importantes para satisfazer as suas atividades diárias. É necessária uma reestruturação dos recursos humanos, nas instituições, para se adaptarem às necessidades dos idosos e abrirem o leque a novas respostas cumprindo as exigências dos tempos atuais.”
 - o “As respostas tradicionais deverão ser mais flexíveis com atividades desportivas, culturais, de aprendizagem de novos idiomas e novas atividades aproximando-se das universidades seniores atuais. O objetivo futuro das IPSSS serão atividades, dinamizadas na instituição ou no exterior com abertura, para atividades intergeracionais e não serem destinadas especificamente apenas para população sénior. A prioridade será as pessoas permanecerem na sua habitação, mas com respostas que as mantenham autónomas e que lhes preencham as suas rotinas sem afastá-las das suas vivências”.

20 Participante num dos workshops.

21 Extratos de citações de participantes em workshops promovidos para a elaboração do diagnóstico social.

3. Coesão social e cidadania

Numa sociedade que se pretende coesa, os desequilíbrios e desigualdades sociais devem ser enunciados como fatores que contrariam essa coesão. Combater as desigualdades e promover a coesão social é construir também uma sociedade respeitadora dos direitos humanos.

Matosinhos é um concelho que, no contexto da AMP, apresenta um poder de compra per capita mais elevado do que o da região em que se integra (123€ face a 104,4€ da AMP).²²

Também **o ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem em Matosinhos (1.284,6€) é mais elevado do que na Área Metropolitana do Porto (1.164,60€)**.²³ Acresce que, em 2018, Matosinhos é um dos municípios com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo acima da média nacional: 9.921€ face a 9.067€ para o país.²⁴

No entanto, e complementarmente, Matosinhos surge como um concelho onde é grande a desigualdade de rendimentos. Em 2018, o coeficiente de desigualdade da distribuição de rendimentos entre as pessoas é, em Matosinhos, de 26,6. Tal significa que **o concelho é um dos 37 municípios do país com maior desigualdade a este nível**.²⁵

Esta **desigualdade de distribuição de rendimentos expressa-se em vários outros indicadores**:

- »» **A disparidade do ganho²⁶ entre as qualificações profissionais melhor e pior remuneradas** é, no concelho, de 1.685€. Na AMP é de 1.600€.
- »» **As pessoas com níveis de instrução mais baixo ganham, em média, por mês, menos 1.109,6€** do que as com nível de instrução superior. Na AMP o diferencial é de 1.047,40€.
- »» **Em 2018 as mulheres ganhavam, em média, por mês, menos 304,30 € do que os homens (menos 227,20€ na AMP)**. O diferencial é maior para quem tem níveis de instrução superiores. Entre estes, as mulheres ganham, em média por mês menos 543,10€ do que os seus colegas homens com o mesmo nível de instrução.

Note-se que estas desigualdades podem ter sido agravadas pelo confinamento e pela pandemia, em geral. Num destaque da OCDE pode ler-se que “durante o confinamento era 50% mais provável que, em média, os trabalhadores com rendimentos superiores trabalhassem a partir de casa do que os trabalhadores com salários mais baixos. Ao mesmo tempo, a probabilidade de os trabalhadores com baixos rendimentos deixarem completamente de trabalhar era o dobro dos seus pares com rendimentos superiores.”²⁷

22 Dados de 2017. Fontes/Entidades: INE, PORDATA.

23 Dados de 2018. Fontes/Entidades: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013), PORDATA.

24 INE, *Estatísticas do Rendimento ao nível local – indicadores de rendimento declarado no IRS, 2018*.

25 INE, *Estatísticas do Rendimento ao nível local – indicadores de rendimento declarado no IRS, 2018*.

26 Ganho é o montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetivadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

27 Disponível em: <http://www.oecd.org/coronavirus/pt/#highlights>.

Das respostas ao questionário, realizado pelo CESIS sobre o impacto da Covid-19 no concelho de Matosinhos, pode afirmar-se que a **quebra de rendimentos é um dos grandes impactos identificados**:

- o 35,3% das pessoas respondentes afirmaram ter sido diretamente afetadas por perdas totais ou parciais dos rendimentos dos seus agregados familiares;
- o mais de 70% têm algum receio de virem ainda a perder rendimentos;
- o quase 70% considera que as pessoas e/ou respetivos agregados familiares das pessoas utentes dos serviços em que os/as respondentes trabalham viram os seus rendimentos, no mínimo, diminuírem.

Considerando que o Rendimento Social de Inserção é uma medida dirigida a pessoas, ou famílias, que se encontrem em situação de pobreza extrema, importa dizer que, na sequência de alterações legislativas e, conseqüentemente, nos critérios de elegibilidade de acesso à medida Rendimento Social de Inserção, o número de pessoas beneficiárias diminuiu de 14.360, em 2010, para 6.683, em 2019. Neste último ano, as **pessoas beneficiárias de RSI correspondem a 4,4 % da população do concelho, o que significa que Matosinhos é o sexto concelho da AMP com maior percentagem de pessoas beneficiárias de RSI**.

Note-se que na **ULS de Matosinhos são 38.603 os/as utentes com isenção das taxas moderadoras por se encontrarem em situação de insuficiência económica**, o que significa cerca de 22% das pessoas utentes.

Ainda que não haja dados para o concelho importará mencionar que Matosinhos se integra na segunda região do Continente onde a taxa de risco de pobreza é mais elevada, em 2018. Ou seja, na região 18,3% da população vive abaixo da linha de pobreza²⁸ estabelecida para o ano em referência.²⁹ Para o país essa taxa é de 17,2%.³⁰

A região Norte é, ainda, a segunda região do Continente com taxas de privação material e de privação material severa mais elevadas – 17,7% e 6,4%, respetivamente.

Outro indicador de desigualdades sociais diz respeito aos preços médios praticados, tanto ao nível da venda, como do arrendamento de habitações. Preços elevados colocam sérias dificuldades no acesso a uma habitação digna por parte de famílias de rendimentos baixos e até mesmo de rendimentos médios.

No primeiro trimestre de 2020 **Matosinhos é um dos dezanove municípios com preço mediano por metro quadrado praticado na venda de alojamentos familiares** (1.520 €/m² superior ao valor nacional (1.117 €/m²).³¹ **Entre 2017 e 2019 situa-se entre os dez 10 municípios do país onde os valores medianos das rendas por m² de novos contratos são mais elevados (755€ em 2019)**. Esta situação dá origem a que todos os anos, famílias apresentem pedidos junto da MatosinhosHabit, relacionados com a habitação: até outubro de 2020 foram apresentados 370 novos pedidos para habitação; em 2020 são apoiadas 515 famílias no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento.

28 A linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

29 Em 2018 esse valor era de 501 euros por mês, por adulto equivalente.

30 Fonte: INE, Rendimento e Condições de Vida 2019, 26 de novembro de 2019, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2.

31 Fonte: INE, Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local 1º trimestre de 2020, 9 de junho 2020, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415206763&DESTAQUESmodo=2.

Para além das dificuldades de acesso a habitação por parte de pessoas e famílias com baixos recursos saliente-se, ainda, as dificuldades acrescidas dos/as jovens que estiveram em situação de acolhimento residencial e das pessoas vítimas de violência doméstica.

Importa não ignorar que, para além de um direito reconhecido – tão bem expresso no Programa 1º Direito – , a habitação ocupa um lugar central nas preocupações e aspirações de cidadãos e cidadãs. Sendo uma das necessidades básicas de pessoas e famílias, a habitação é muito mais do que isso, ela é um elemento de inclusão social pelo que, viver em determinadas áreas pode ser um fator que garante prestígio ou, ao contrário, pode ser elemento de estigmatização, incluindo no processo de acesso ao emprego.

Na construção de uma sociedade mais coesa importa, e na sequência do referido anteriormente, considerar a **existência de grupos socialmente mais vulneráveis**. Assim, para além das pessoas que, em geral, têm rendimentos mais baixos, nomeadamente por via de uma inserção mais precária no mercado de trabalho e de níveis de instrução mais baixos, há que considerar a situação específica dos seguintes grupos.

Pessoas com deficiência

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência pois estas continuam a deparar-se com barreiras à sua participação na vida em sociedade enquanto cidadãs de pleno direito como outras pessoas suas iguais.

É difícil saber quantas são as pessoas com deficiência a residirem no concelho de Matosinhos. Tomando os dados do Recenseamento Geral da População de 2011 aponta-se para a existência de 27.853 pessoas com pelo menos uma das seguintes dificuldades: Ver; Ouvir; Andar e subir degraus; Tomar banho ou vestir-se sozinho/a; Dificuldades de memória ou concentração; Compreender as outras pessoas ou fazer-se compreender.

Considerando que algumas destas dificuldades podem advir com a idade e tentando, de certa forma, atenuar o fator relacionado com o envelhecimento da população conclui-se que são 14.338 as crianças (1.345), jovens (434) e pessoas adultas em idade ativa (12.559) que expressaram a existência pelo menos uma das anteriores dificuldades.

Procurando olhar apenas para as pessoas que não conseguem de todo efetuar pelo menos uma das ações enunciadas, chega-se a um número de 6.820 pessoas.

Independentemente dos números sabe-se que ter uma **deficiência significativa**, com frequência, do ponto de vista de quem cuida:

- » Uma **responsabilidade acrescida para as mulheres que se assumem como as grandes cuidadoras no seio dos agregados familiares**. Para algumas delas a prestação de cuidados implicou desemprego e/ou divórcio, tornando-se ainda mais difícil a prestação de cuidados (e a qualidade dos mesmos). Para a grande maioria, o cuidado implica também desgaste físico e emocional sendo nulas as respostas para o descanso das pessoas que cuidam – “a Rede Nacional de Cuidados Continuados prevê o descanso de quem cuida mas é muito limitado pois só pode

ser acionado quando a pessoa com deficiência necessita de cuidados de saúde que não podem ser prestados no domicílio”.³²

- » Um **maior isolamento social**. Algumas das famílias referem a sua luta solitária na prestação de cuidados aos seus e suas familiares com deficiência, sobretudo quando a mesma é do foro mental – “A família do X circunscreve-se a estas pessoas que aqui vê: o pai e a mãe. Não há mais ninguém”³³, “o resto da família afasta-se porque não sabe como lidar com a situação”.
- » **Uma grande preocupação com o futuro** – “Quando eu morrer o que vai acontecer?”.
- » **Um encargo acrescido para as famílias em que as pessoas com deficiência se inserem**. Mesmo quando se fala de crianças integradas em escola pública é preciso considerar que as terapias que aí são providenciadas não serão, em muitas situações, suficientes para a sua estimulação e desenvolvimento. Esta será uma questão que afeta, em particular, as crianças e jovens que não conseguem ter autonomia. Refira-se, a título de exemplo, a situação de uma participante num dos *workshops* cujo filho inserido em escola pública tem terapia apenas uma vez por semana, o que será manifestamente insuficiente não havendo tempo para trabalhar questões como a autonomia e o controlo da agressividade. Complementar a intervenção da escola, o recurso a terapias no privado implica uma capacidade financeira que nem todas as famílias terão.

Em relação à escola inclusiva foi salientada as **desigualdades que podem resultar de as escolas não terem todas a mesma abordagem** – “devia ser algo a rever. As crianças deviam ter todas os mesmos direitos.”³⁴

Por outro lado, os serviços de saúde referem a existência de **limites nas respostas dadas na área da saúde mental na infância e adolescência**: “Para dar resposta às necessidades impostas pela população da nossa área e, tendo em conta a rede de referenciação de 2018, seria necessária a contratação de pelo menos mais um Pedopsiquiatra, bem como um Enfermeiro Especialista e Terapeutas (da Fala e Ocupacional), além de aumentar o tempo de colaboração dos Psicólogos Clínicos. As principais dificuldades identificadas, neste momento, prendem-se com a resposta dada aos utentes, nomeadamente na orientação para intervenções específicas como a terapia ocupacional, a terapia da fala e intervenções psicoterapêuticas. Além disso, a escassez de técnicos e de espaço físico adequado tem impossibilitado que seja prestado um serviço mais diferenciado aos nossos utentes, nomeadamente através da consulta de Primeira Infância e de Hospital de Dia direcionado aos cuidados de saúde mental.”³⁵

Da perspetiva das próprias pessoas, ter uma **deficiência significa enfrentar um conjunto de barreiras no dia-a-dia**:

- » Barreiras **arquitetónicas** que dificultam a mobilidade na cidade;
- » Barreiras no **acesso à habitação**. Em 2020 a MatosinhosHabit recebeu 100 pedidos para adaptação das habitações por parte de famílias com pessoas com deficiência.

32 Participante num dos *workshops*.

33 Participante no *workshop* das pessoas com deficiências já citado no Diagnóstico Social de 2016.

34 Participante num dos *workshops*.

35 Contributos da Unidade Local de Saúde de Matosinhos.

» Barreiras **na integração no mercado de trabalho**. Profissionais e familiares de pessoas com deficiência, auscultados/as pela Rede Social não “identificam grandes progressos na integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, apesar de haver algumas medidas de incentivo à contratação. Existe também um GIP Inclusivo mas as respostas continuam a ser muito pontuais e maioritariamente dirigidas às pessoas com deficiência motora.” Por outro lado, as pessoas inquiridas identificam a existência de pouco trabalho, por parte das instituições, ao nível da inserção profissional das pessoas utentes, o que também tem sido dificultado pelo facto de quando alguém entrava em mercado de trabalho as prestações sociais atribuídas eram canceladas. Atualmente, o paradigma foi alterado já que a Prestação Social para a Inclusão permite que os apoios sociais se acumulem com um salário – em 2019 recebem Prestação Social para a Inclusão, em Matosinhos, 16.545 pessoas.

Ainda no que respeita à integração no mercado de trabalho refira-se duas experiências positivas: i) a Associação Equiterapêutica do Porto e Matosinhos que tem conseguido colocar jovens ii) a ADEIMA que, na Loja de Emprego, dispõe de um serviço para pessoas surdas. Este serviço constata que a indústria conserveira é um setor que oferece oportunidades de integração profissional de pessoas com deficiência. No entanto, são reconhecidas as dificuldades substancialmente acrescidas quando se trata de pessoas com deficiência mental. Por outro lado, as dificuldades podem não ser apenas de integração mas de manutenção do posto de trabalho quando a deficiência, ou a doença crónica, implica a obtenção frequente de cuidados de saúde.

As estatísticas disponíveis dão conta de 376 pessoas com grau de incapacidade atribuído, inseridas no mercado de trabalho em Matosinhos. Em 2019 inscreveram-se no centro de Emprego de Matosinhos 191 pessoas com deficiência; 9 destas pessoas foram colocadas em contexto de trabalho.

» Barreiras **a uma vida sexual saudável**. A vida sexual das pessoas com deficiência é, regra geral, uma questão tabu, oculta e silenciada pois tanto cuidadoras/es formais como informais não tem a formação necessária para abordar e lidar com esta questão.

» Barreiras **a uma vida com autonomia** onde o direito à organização da vida pessoal a fazer as suas escolhas seja uma realidade. O Centro de Apoio à Vida Independente do Norte, com sede em Matosinhos, pode vir a constituir-se como um recurso importante neste domínio, sendo que atualmente abrange 6 pessoas.

Para além dos problemas e dificuldades enunciadas há uma **necessidade urgente** expressa, tanto pelas famílias, como pelos serviços de saúde e de ação social: mais respostas institucionais para melhor responderem a situações que atualmente não têm qualquer cobertura. Saliente-se com particular gravidade a situação de jovens adultos/as com doenças mentais, como o autismo, mas também situações de grande dependência física cujos pais e mães estão a envelhecer sem que se vislumbre uma resposta para os seus filhos ou filhas.

Crianças³⁶ e jovens

Mais do que nunca, as crianças devem ser consideradas como grupos particularmente vulneráveis aos riscos sociais. No atual contexto, as crianças são também vítimas do aumento do desemprego e da consequente precariedade económica das suas famílias e podem também estar sujeitas a condições menos favoráveis para o acesso ao sucesso educativo. O atual contexto é ainda propício ao risco de minimização da importância da verificação dos direitos da criança. Veja-se alguns elementos atuais que podem servir como indicadores para um acompanhamento da própria situação.

Direito à sobrevivência. O direito à sobrevivência está diretamente relacionado com as condições de vida das famílias que devem garantir o bem-estar, o desenvolvimento e o direito a uma vida digna das suas crianças. Assim o direito à sobrevivência (e também ao desenvolvimento) está intimamente relacionado com questões anteriormente abordadas: integração profissional, rendimentos, condições de habitabilidade e conforto, nível de instrução alcançados pelos membros da sua família. Já foi também referido que as crianças tornam as famílias mais vulneráveis à pobreza, sendo as famílias monoparentais e aquelas que são compostas por duas pessoas adultas e três ou mais crianças dependentes as que apresentam taxas de pobreza mais elevadas.

Indicador de precariedade económica é, sem dúvida, o número de pessoas beneficiárias de RSI. **Em 2019 as crianças e jovens com menos de 25 anos representam 38,8% das pessoas beneficiárias do Rendimento Social de Inserção em Matosinhos**,³⁷ sendo que, em 2028, é a União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões quem tem a maior percentagem de crianças entre as pessoas beneficiárias (30,5%).³⁸

No domínio do **direito à saúde**, que podemos considerar como parte integrante do direito à sobrevivência, registem-se alguns fatores de risco:

- »» A **proporção de crianças com baixo peso à nascença** (10,2% no triénio 2015-2017) que, apesar de ter diminuído no último triénio, mantém uma tendência crescente e regista valores superiores aos da RN (8,9%) e do Continente (8,8%).³⁹
- »» As anteriormente mencionadas **lacunas ao nível da saúde mental infantil**.

No **direito à educação** foi já enunciada a existência, no concelho, de taxas de retenção e de abandono mais elevadas do que as registadas na região Norte. A pandemia e o recurso ao “estudo em casa” pode vir a acentuar desigualdades nas condições de aprendizagem e, como tal, no acesso ao sucesso educativo. São também conhecidos grupos étnicos em que a orientação para o casamento, tendencialmente em idades precoces é fator inibidor do cumprimento da escolaridade obrigatória sobretudo para as meninas sendo as também em relação a estas mais baixas as expectativas das famílias.

³⁶ Na perspetiva da Convenção sobre os Direitos das Crianças, consideram-se crianças todos os seres humanos desde a sua nascença até aos 18 anos de idade.

³⁷ Fonte: Pordata.

³⁸ Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI).

³⁹ Fonte: Observatório Regional de Saúde / Perfil Local de Saúde 2018, ULS de Matosinhos, disponível em: http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2019/12/PeLS2018_A20_Matosinhos.pdf.

Direito à não discriminação – a existência de atos de discriminação em relação a pessoas ciganas está muito presente, desde cedo, no discurso das **crianças ciganas**. Alguns desses atos acontecerão em contexto escolar. Também entre os/as **jovens que residem em contexto institucional** existe a consciência de que a sua **imagem social é negativa** sendo que este é considerado como um fator que agrava as suas dificuldades de inserção social após a sua saída das instituições.

Direito à proteção. A intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJs) tem duas vertentes que se devem articular entre si: prevenção e proteção. No âmbito da proteção, foram acompanhadas pela CPCJ de Matosinhos Em 2019, a **CPCJ de Matosinhos trabalhou 1.389 processos de crianças em perigo (mais 32 do que no ano anterior)** tendo sido o **5º concelho do país com mais processos**.

Como principal problema associado à sinalização de crianças em 2019, abrangendo 247 casos, está a “exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, como é o caso da violência doméstica. Segue-se a assunção, por parte da própria criança/jovem de “comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem que os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de forma adequada a remover a situação” (140 crianças); os maus tratos, físicos ou psicológicos (107 crianças); a negligência (105 crianças); situações em que está em causa o direito à educação (83 crianças); o abuso sexual (14 crianças).⁴⁰

Paralelamente, são acompanhadas pelas Equipas de Intervenção Precoce 245 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos: 167 – meninos; 78 meninas. Os problemas apresentados são: atraso de desenvolvimento sem/com etiologia conhecida (219); crianças expostas a fatores de risco biológico e/ou ambiental (26).

Algumas das situações sinalizadas na CPCJ dão origem a medidas de acolhimento institucional. Em 2019 viviam em acolhimento residencial em Matosinhos 139 crianças e jovens: 60 em Centro de Acolhimento Temporário; 79 em Lares de Infância e Juventude. Apenas uma das instituições possui uma valência de autonomia de vida ainda que com capacidade muito reduzida.

É reconhecido que **as /os jovens que vivem em acolhimento residencial enfrentam desafios acrescidos na sua passagem para a vida adulta, para uma vida autónoma**. O projeto SUPPORTS em curso no concelho de Matosinhos⁴¹ tem revelado que o facto de estas serem crianças / jovens que vivem uma boa parte das suas vidas em ambientes de proteção, quando saem o facto de passarem a estar sozinhos/as, de sentirem que têm experiências de vida que os/as distingue faz com que o medo seja um sentimento constante e com que o desemprego, ou a falta de habitação, tenham um impacto negativo muito maior nas suas vidas, tanto do ponto de vista objetivo, como subjetivo.

Tal como fica expresso num dos motivos de sinalização junto da CPCJ verifica-se por vezes a **adoção de comportamentos de risco por parte das próprias crianças / jovens**, na maior parte dos casos certamente proporcionada pelo seu ambiente social e familiar. Entre as pessoas **utentes do CRI, em 2019, contam-se 277 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 24 anos** - 108 do sexo feminino; 169 do sexo masculino – e **25 com menos de 10 anos** - 8 meninas; 17 meninos.

40 Fonte: CPCJ de Matosinhos, Relatório de Atividades de 2019.

41 SUPPORTS é um projeto europeu com cofinanciamento da Comissão Europeia (Direção Geral de Justiça e Consumidores), através do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania.

Por outro lado, no contexto da atual pandemia da COVID-19, e na sequência do confinamento imposto pela mesma, os comportamentos aditivos associados ao uso da internet e vídeo jogos terão tido tendência para aumentar. Um questionário *online* levado a cabo pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)⁴² revela precisamente que o confinamento e o isolamento social conduziram a um aumento do tempo passado em frente a ecrãs a jogar.

Um outro indicador associado a comportamentos de risco diz respeito à gravidez na adolescência. Em 2019 foram acompanhadas pelo Hospital Pedro Hispano 14 grávidas menores de 18 anos residentes no concelho de Matosinhos e estão em acompanhamento pelos cuidados de saúde primários 33 mães adolescentes.

Direito à Participação. Embora não existam dados disponíveis, recomendações do Comité para os Direitos da Criança apontam para a necessidade de uma formação contínua de profissionais em matéria de direitos das crianças e para a informação das próprias sobre a sua condição de cidadania. Num processo inicial de auscultação junto de jovens para a elaboração do Plano Municipal da Juventude uma das questões mencionadas pelo grupo de jovens participantes foi a ausência de espaços para serem ouvidos/as e poderem participar, muito particularmente, em ambiente escolar.

O exercício da cidadania não pode ser feito sem informação e sem condições para a autonomia e empoderamento sendo esta uma das dimensões centrais da passagem da juventude para a idade adulta. As pessoas mais jovens têm bem a consciência de que essa autonomia se conquista com a entrada no mercado de trabalho cujo rendimento, a partir daí adquirido, irá permitir a saída de casa dos pais e a constituição de família própria. Ainda que as pessoas mais jovens revelem grandes capacidades para lidar com a incerteza, a atual instabilidade e precariedade que as pessoas jovens enfrentam no mercado de trabalho pode retardar tais processos de transição e prolongar no tempo um período da vida que se caracteriza por ser uma passagem.

Pessoas em situação de sem abrigo

Outro grupo onde vários riscos se cruzam é o da população em situação de sem abrigo. Em Matosinhos um questionário aplicado pela ADEIMA, em 2019, identifica 34 pessoas a viver em situação de sem-abrigo. Entre as 26 pessoas que responderam ao instrumento de recolha de informação, 77% são do sexo masculino, com uma média de idades de 48,6 anos e todas se encontram numa situação de sem teto, ou seja vivem em espaços públicos, abrigos de emergência ou alojamentos precários. Para além da complexidade das situações inerentes a estes casos este é um grupo que carecerá de observação continuada até porque como, resultado da pandemia, o número de pessoas em situação de sem-abrigo venha a aumentar.

Pessoas ciganas

Segundo dados dos serviços municipais de habitação de Matosinhos (residem em habitação social 426 pessoas da comunidade cigana, pertencentes a 103 agregados. A sua distribuição acontece essencialmente em dois conjuntos habitacionais (Biquinha e Seixo) onde estão concentradas cerca de 70% destes agregados.

42 SICAD, Comportamentos Aditivos em Tempos de COVID-19. Disponível em: http://www.sicad.pt/Paginas/detalhe.aspx?itemid=426&lista=SICAD_NOVIDADES&bkUrl=/BK.

Apesar de evoluções positivas registadas nestas comunidades, os níveis de instrução alcançados são genericamente muito baixos, o que em si mesmo coloca estas populações em grande desigualdade com outras, nomeadamente no acesso ao emprego. As mulheres, devido ao papel que socialmente lhes está atribuído, apresentam níveis de escolaridade mais baixos o que inibe a sua própria condição de cidadania.

A inserção das pessoas ciganas em mercado de trabalho continua a encontrar obstáculos nas atitudes discriminatórias de pessoas empregadoras e da população em geral. Relatos recolhidos a quando da elaboração do Plano Municipal de Integração das Pessoas Ciganas dão conta de pessoas ciganas que, estando a trabalhar, tiveram que abandonar o seu trabalho após colegas terem “descoberto” a sua identidade étnica.

Igualdade entre mulheres e homens

A promoção da igualdade entre mulheres e homens é uma das tarefas fundamentais do Estado [artigos 13º e 9º, alínea h), respetivamente, da Constituição da República Portuguesa]⁴³ e constitui matéria incontornável na construção de sociedades mais coesas e justas.

Ao longo deste diagnóstico ficou expressa a persistência de desigualdades ao nível das condições de vida e de exercício da cidadania de mulheres e de homens. Estas desigualdades têm subjacentes a persistência de estereótipos de género que reforçam e perpetuam modelos de discriminação históricos e estruturais. Neste mesmo documento referem-se:

- » Taxas de retenção e desistência mais elevadas entre os rapazes em todos os ciclos de estudo do ensino básico e secundário.
- » Maiores dificuldades das meninas ciganas no acesso à educação.
- » Maiores dificuldades por parte das mulheres em entrar no mercado de trabalho.
- » Maior precarização do emprego das mulheres.
- » Rendimentos do trabalho mais baixos mesmo quando se compara homens e mulheres com a mesma qualificação escolar.
- » Existência de setores da economia altamente feminizados e outros com percentagens baixas de participação feminina.
- » Lacunas ao nível das respostas sociais para pessoas idosas sendo que este é um problema que afeta mais as mulheres.
- » Os consumos de substâncias psicoativas são mais expressivos nos rapazes.
- » Maior esperança de vida das mulheres mas mais anos de vida com menor qualidade.

43 Os três planos que constituem a ENIND são: Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual e Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais.

Acresce que as mulheres estão em maioria entre as pessoas ofendidas nos crimes registados pelas autoridades policiais, facto particularmente visível no crime de violência doméstica. **Em 2019 foram reportados, em Matosinhos, 434 crimes de violência doméstica: 79% das pessoas denunciadas como agressoras são homens; 70% das vítimas são mulheres.**

Violência doméstica

A Convenção Universal dos Direitos Humanos expressa que “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Na mesma linha de pensamento, na Constituição Portuguesa a vida humana surge como inviolável (Artigo 24º), assim como a integridade moral e física das pessoas (Artigo 25º).

É numa perspetiva de violação dos direitos humanos e de cidadania, tal como definido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da ONU, que se inscrevem, neste diagnóstico, as questões da violência doméstica.

Até há bem pouco tempo (e ainda hoje) a violência em contexto familiar era entendida como uma questão do foro privado, onde o Estado quase não tinha intervenção. A partir dos anos 90 do século passado, porém, este problema emerge como matéria dos direitos fundamentais que carece de reconhecimento legal e político, cabendo ao Estado proteger e salvaguardar as vítimas.

Atualmente considerada como crime público, a violência doméstica tem vindo a ganhar visibilidade e a ser criada uma consciência social crescente em torno de tal fenómeno / crime. Este é também um caminho em curso no concelho de Matosinhos que importará continuar a aprofundar no âmbito da Rede de Intervenção em Violência Doméstica que contempla já importantes respostas:

- i) A Cruz Vermelha / Delegação de Matosinhos com o Centro de Atendimento a vítimas e a casa abrigo e casa de acolhimento de emergência;
- ii) A associação Plano i com três estruturas de apoio e intervenção com vítimas de violência doméstica LGBTI: o Centro Gis – Centro de Respostas às Populações LGBTI, a Casa Arco-Iris – Casa de Acolhimento de Emergência para pessoas LGBTI Vítimas de Violência Doméstica e o Plano 3C – Casa Com Cor – Apartamento de Autonomização para Pessoas LGBTI Vítimas de Violência Doméstica.

Como anteriormente se referiu, quando praticada em contexto familiar, ou no âmbito de relações de intimidade, a violência tem como vítimas principais elementos do sexo feminino. Revela, pois, um carácter de violência de género que, tal como reconhecido pela Convenção de Istambul, é uma manifestação do desequilíbrio das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Do ponto de vista das idades das vítimas, a violência exercida contra as mulheres idosas tem vindo a merecer particular atenção, pela fragilidade acrescida das vítimas e por este ser um crime que, provavelmente, mais do que outros crimes de violência doméstica, tenderá a ficar oculto: as mulheres mais velhas nasceram e cresceram em contextos sociais onde havia uma grande tolerância social face as formas de violência; as condições físicas e psicológicas das vítimas tenderão para uma maior retração para a apresentação de queixa.

A violência em contexto familiar encontra, ainda, com frequência, as crianças, como vítimas diretas ainda que as crianças não gozem do estatuto jurídico que corresponde aos danos que uma tal situação pode provocar. A exposição das crianças à violência é causa principal de sinalização na CPCJ e constitui –se como uma infração aos seus direitos consignados na Declaração Universal dos Direitos das Crianças – “A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade” (Artigo 69.º).

A violência no namoro é ainda considerada como uma forma de violência doméstica pois, nos termos da própria lei, é uma violência exercida no contexto de uma relação de intimidade. Esta forma de violência está sendo identificada por algumas escolas onde por parte dos jovens se sente uma naturalização e banalização do fenómeno da violência e também da violência no namoro. Um programa de Prevenção da Violência no Namoro tem estado em curso no concelho promovido pela Câmara Municipal de Matosinhos e executado pela Associação Plano i, no contexto do Projeto “Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa Matosinhos”, ao abrigo do financiamento Norte 2020. Através da Rede de Recursos para a Intervenção em Contexto Escolar, a Câmara Municipal de Matosinhos alargou estas ações a outras escolas não abrangidas pelo referido projeto, as quais foram realizadas pela Plano i e da Associação para o Planeamento da Família.

Ficha técnica

Título: Diagnóstico Social do Concelho de Matosinhos

Entidade responsável: CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Entidade promotora: Câmara Municipal de Matosinhos

Entidades participantes: Câmara Municipal de Matosinhos; AAPC; Associação Baptista Ágape; ADEIMA; AFUA; AAJUDE; Agrupamento de Escolas de Custóias; Agrupamento de Escolas Irmãos Passos ALADI; APF; APPACDM; APOFEN; APDI; A Semente; Associação Equiterapêutica; Associação MAIS; Associação Plano i; Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos; Associação Renascer; CAVI; Clínica dos Trabalhadores Portuários de Douro e Leixões; Centro de Emprego de Matosinhos; Centro Hípico do Porto e de Matosinhos; Centro Social de Custóias; Centro Social Padre Ramos; Cohaemato; Cooperativa Múltipla Escolha; Escola Básica de Matosinhos; Escola Óscar Lopes; GIP de Guifões; GIP Lavra; GIP de S. Mamede Infesta; IPAFASIA Junta de Freguesia da União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões Custóias Guifões Leça do Balio; Junta de Freguesia da União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira; Junta de Freguesia da União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo; Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora São Mamede de Infesta Senhora da Hora; Lar da Santa Cruz; MatosinhosHabit; Nossa Missão; Rumo à Vida; Obra do Padre Grilo; UCC de Leça da Palmeira; UCC de Matosinhos; UFPLSCB; ULSM; outras entidades que integram as diferentes Comissões Sociais de União de Freguesia.

Autoria: Ana Cardoso

Data: Novembro de 2020



Rede Social
Matosinhos

RIV - Rede de Intervenção na Violência Doméstica
e Contexto Familiar de Matosinhos

